


# PIER 43 RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA - ME

RUA: CARLOS ALVERGAS, Nº 43 – MANAÍRA – JOÃO PESSOA-PB - CEP: 58.038-020.  
CNPJ: 14.764.808/0001-50 - INSC. ESTADUAL: 16.192.563-4

## PROCURAÇÃO

Ao 21º (Vigésimo primeiro) dia do mês de Novembro do ano de 2.014 (Dois mil e Quatorze) a empresa **PIER 43 RESTAURANTE E PIZZARIA - ME**, com sede à Rua Carlos Alvergas, nº. 43, Manaíra, João Pessoa/PB. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.764.808/0001-50 e Inscrição Estadual no. 16.192.563-4, representada pelo seu proprietário **Alexandre Trindade Leite**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF/MF no. 726.286.184-00, e da carteira de identidade No. 1.273.047-SSP/PB, residente e domiciliado em João Pessoa - PB. Aos quais confere poderes para o Sr. **Agildo Villar Trindade**, brasileiro, portador do CPF/MF No. 840.546.464-68 e da carteira de identidade No. 1.234.790 SSP/PB, residente e domiciliado em João Pessoa - PB, a representá-lo junto aos Órgãos Públicos, sejam Federais, Estaduais e Municipais ou Autarquias em geral em todo território nacional, com a finalidade de requerer documentos, renovar certidões, participar e/ou requerer editais de Concorrências, Tomada de Preços, Pesquisas de Preços, Carta Convite e toda modalidade de Pregão, podendo para tanto no exercício do presente mandato, negociar preços, formular ofertas, propor lances verbais de preço, conceder descontos e decidir sobre interposição de recursos, assinar; atas, termo de responsabilidade, declarações de quaisquer naturezas solicitadas no Edital e outros documentos relativos ao desenvolvimento de reunião de licitação, bem como assinar a celebração de contrato proveniente de processos licitatórios e outros documentos caso a outorgante seja vencedora. Entregar e solicitar amostras, interpor ou desistir de recursos inclusive administrativos, solicitar entrega de documentos para cadastramento, assinar ficha cadastral, entregar propostas, assinar propostas, rubricar documentos de terceiros, receber documentos, receber pagamentos, transigir, desistir, enfim praticar mais todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento do presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso. O Presente instrumento terá validade por 01 (Um) Ano.

  
**Alexandre Trindade Leite**  
**RG. 1.273.047-SSP/PB**  
**Sócio Proprietário**

TOSCANO DE BRITO  
2º OFÍCIO DE NOTAS

 **TOSCANO DE BRITO**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Rua Candido Pessoa, 33 - CEP 58.019-405  
Fone: (83) 3241-7177 - João Pessoa - PB  
www.toscanodebrito.com.br

Assinado digitalmente por ALEXANDRE TRINDADE LEITE em 21/11/2014 às 13:43:41  
Em test. da verdade, João Pessoa-PB 21/11/2014 13:43:41  
Marcos Alfredo da Rocha Silva - Escrevente  
[2014-006696] EMUL:R\$ 7,27 FAFEN:R\$ 0,22 PEPJ:R\$ 0,22 ISS:R\$ 0,36  
SELO DIGITAL: AMR32123-PROV  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>







RUA: CARLOS ALVERGAS, Nº 43 – MANAÍRA – JOÃO PESSOA–PB - CEP: 58.038-020.  
FONE/FAX: (83)3512-9398 - CNPJ: 14.764.808/0001-50 - INSC. ESTADUAL: 16.192.563-4

## ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

**Referência: “Pregão Eletrônico SRP nº 023/2015”**

**PIER 43 RESTAURANTE E PIZARIA LTDA - ME**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 14.764.808/0001-50, com sua sede no município de João Pessoa – PB, estabelecida na Rua Carlos Alvergas, 43, Manaíra, na forma do seu contrato social, por seu representante legal, *in fine* assinado, com arrimo no que preceitua o Item 20, do Edital, e art. 41, § 2º, Lei nº 8.666/93 e art. 12, Decreto nº 3.555/00, apresentar **IMPUGNAÇÃO ao PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 023/2015**, em razão de ilegalidade constante daquele instrumento convocatório, conforme devidamente exposto abaixo.

### O MÉRITO

Trata de Pregão Eletrônico cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecer refeições à UFPB.

A Impugnante constatou que o Edital padece de vícios que comprometem a legalidade do procedimento licitatório, senão vejamos:

No que se refere à documentação técnica o edital exige a apresentação de:

“9.6.6. O licitante deverá comprovar experiência mínima de 3 (três) anos, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

9.6.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando,





RUA: CARLOS ALVERGAS, Nº 43 – MANAÍRA – JOÃO PESSOA-PB - CEP: 58.038-020.  
FONE/FAX: (83)3512-9398 - CNPJ: 14.764.808/0001-50 - INSC. ESTADUAL: 16.192.563-4

*dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.*

**9.7. Qualificação Técnica:**

*9.7.1. Certidão de Registro em nome do licitante junto ao Conselho ou Entidade de Classe, com validade na data da apresentação;*

*9.7.2. Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária;*

*9.7.3. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **Atestado de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de natureza pública ou privada que comprove que executa ou executou o objeto desta licitação, comprovando a execução de atividade pertinentes e compatíveis em características, quantidade e prazos com o objeto dessa licitação."*

As referidas exigências afiguram-se restritivas, já que se está exigindo que se comprove uma capacidade técnica que vai muito além do objeto versado no presente Edital, e tal situação vai de encontro ao que permite a legislação pertinente.

As exigências acima descritas comprometem a ampliação da disputa e por consequência a seleção da proposta mais vantajosa.

Reza a Constituição Federal, de forma peremptória, em seu artigo 37, inciso XXI:

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos





RUA: CARLOS ALVERGAS, Nº 43 - MANAÍRA - JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58.038-020.  
FONE/FAX: (83)3512-9398 - CNPJ: 14.764.808/0001-50 - INSC. ESTADUAL: 16.192.563-4

termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

Também o artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 veda expressamente a restrição ao caráter competitivo:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

*§ 1º É vedado aos agentes públicos:*

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;*

Conforme esclarece o autor Marçal Justen Filho, a Lei nº 8.666/93 buscou "evitar que as exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação. (...) A regra geral é sempre a mesma: não poderão ser impostas exigências excessivas ou inadequadas."

Exigências desarrazoadas não podem ser legitimadas sob o argumento de que a Administração necessita de segurança maior do que a efetivamente necessária à execução do objeto a ser contratado, sob pena de ofensa ao texto constitucional, que autoriza apenas o mínimo de exigências, sempre alicerçadas em critérios razoáveis.

Nesse mesmo diapasão, encontramos mais uma vez a manifestação de Marçal Justen Filho:





RUA: CARLOS ALVERGAS, Nº 43 – MANAÍRA – JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58.038-020.  
FONE/FAX: (83)3512-9398 - CNPJ: 14.764.808/0001-50 - INSC. ESTADUAL: 16.192.563-4

*(...) não é possível a Administração invocar algum tipo de presunção de legitimidade de atos administrativos para transferir ao particular o ônus de prova extremamente complexa. Assim o é porque foi a Constituição que determinou a admissibilidade apenas das exigências as mais mínimas possíveis. Portanto, quando a Administração produzir exigências maiores, recairá sobre ela o dever de evidenciar a conformidade de sua conduta em face da Constituição. Mas há outro motivo para isso. É que, se a Administração impôs exigência rigorosa, fê-lo com base em alguma avaliação interna. Em última análise, a discricionariedade na fixação das exigências de qualificação técnico-operacional não significa que a Administração possa escolher as que bem entender. A escolha tem de ser resultado de um processo lógico, fundado em razões técnico-científicas. Portanto, o questionamento do particular conduz, em primeiro lugar, à Administração revelar publicamente os motivos de sua decisão. Depois, conduz à aplicação da teoria dos motivos determinantes. Ou seja, se a Administração tiver avaliado mal a realidade, reputando como indispensável uma experiência que tecnicamente se revela dispensável, seu ato não pode prevalecer.” (in “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, Dialética, 7ª edição, p. 337).*

Aliás, os Tribunais de Contas têm jurisprudência uníssona no sentido de que as exigências do edital devem estar voltadas à seleção da proposta mais vantajosa, sem, no entanto, restringir injustificadamente a competitividade:

*“o ato convocatório há que estabelecer as regras para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, não se admitindo cláusulas desnecessárias ou inadequadas, que restrinjam o caráter competitivo do certame... a verificação de qualificação técnica não ofende o princípio da isonomia. Tanto é que o próprio art. 37, inciso XXI, da CF, que estabelece a obrigatoriedade ao Poder Público de licitar quando contrata, autoriza o estabelecimento de requisitos de qualificação técnica e econômica, desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. No entanto, o ato convocatório há que estabelecer as regras para a seleção da proposta mais vantajosa para administração, sem impor cláusulas desnecessárias ou inadequadas que restrinjam o caráter competitivo do certame. Por outras palavras, pode-se afirmar que fixar requisitos excessivos ou desarrazoados iria de encontro à própria sistemática constitucional acerca da universalidade de participação em licitações, porquanto a Constituição Federal determinou apenas a*






RUA: CARLOS ALVERGAS, Nº 43 – MANAÍRA – JOÃO PESSOA – PB – CEP: 58.038-020.  
FONE/FAX: (83)3512-9398 - CNPJ: 14.764.808/0001-50 - INSC. ESTADUAL: 16.192.563-4

*admissibilidade de exigências mínimas possíveis. Dessarte, se a Administração, em seu poder discricionário, tiver avaliado indevidamente a qualificação técnica dos interessados em contratar, reputando como indispensável um quesito tecnicamente prescindível, seu ato não pode prosperar, sob pena de ofender a Carta Maior e a Lei de Licitações e Contratos.” TCU - AC-0423- 11/07-P Sessão: 21/03/07 Grupo: I Classe: VII Relator: Ministro Marcos Bemquerer Costa - FISCALIZAÇÃO - REPRESENTAÇÃO - <https://contas.tcu.gov.br>, acesso em 01 março de 2010.*

*“(…) Com relação ao Certificado ISO 9001, entendemos que a desclassificação da proposta técnica ante a ausência de sua apresentação não se conforma ao Direito. Não apenas pelo aspecto fático apontado pela SECEX/SP à fl. 22, relativo à pequena quantidade de empresas brasileiras certificadas, o que implicaria restringir ou frustrar o caráter competitivo da licitação, nos termos do art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, mas, antes, por ser dada importância exagerada àquele certificado. A certificação da série ISO 9000 pressupõe a avaliação dos processos de fabricação e da organização do controle da qualidade e dos tipos e instalações de inspeção e ensaios em relação a determinada tecnologia de produção, não se confundindo, contudo, com a certificação do produto. (...)Decisão O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE conhecer da presente representação, formulada nos termos do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, pela empresa Compuadd Computadores Ltda., para: 1 - determinar ao Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo que, nas futuras licitações para aquisição de bens ou serviços de informática, não exija que, sob pena de desclassificação da proposta, seja apresentado Certificado da série ISO 9000; bem assim que, quando considerada imprescindível a apresentação do Certificado NOVELL, seja concedido prazo suficiente para que tal exigência possa ser cumprida;’ (grifei) TCU - Acórdão nº 1.094/2004- Plenário*

*“(…) Assim é que deve o administrador na constante busca pelo princípio da competitividade, procurar permitir ao licitante que possa participar do certame contando com formas alternativas de garantir que sua proposta e produto estejam conformes com a necessidade da Administração.’ Ou seja, a exigência de demonstração de qualidade do produto deve ser*







RUA: CARLOS ALVERGAS, Nº 43 - MANAÍRA - JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58.038-020.  
FONE/FAX: (83)3512-9398 - CNPJ: 14.764.808/0001-50 - INSC. ESTADUAL: 16.192.563-4

*sempre ampliativa e não impor ônus desnecessário ao licitante.” -*  
TCE/SP - TC-361/002/11

Resta evidente que o Edital merece revisão a fim de se evitar a restrição ao caráter competitivo no caso em tela, com a alteração das exigências que restringem injustificadamente a competitividade do certame.

## O PEDIDO

Em que pese o habitual zelo, revestido de elevado rigor que convém a todo órgão da Administração Pública, indubitavelmente a Administração Licitante não vem atendendo a legislação vigente. Quer crer a Impugnante que os vícios encontrados no Edital tenham ocorrido por um equívoco.

Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção de V.Sa. para acolher as alegações trazidas a lume e rejeitar o Edital em apreço, SUSPENDENDO o ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções, como medida de obediência ao sistema normativo vigente.

Nesses termos

Pede deferimento.

João Pessoa - PB, 10 de setembro de 2015

  
PIER 43 RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA - ME

**CNPJ 14.764.808/0001-50**

PIER 43 Restaurante e Pizzaria Ltda-ME

Rua Carlos Alverga, Nº 43

Manaíra-CEP 58038-020

**João Pessoa-PB**